**RELATORIA DA CONFERÊNCIA LIVRE DA UFPel PARA DISCUSSÃO DA CONAE 2014**

**Preparação etapa intermunicipal – CONAE 2014**

**05/07/2013** – 14h- Faculdade de Direito da UFPel

Mesa – Mauro Augusto Burkert Del Pino (Reitor- UFPel), Fabiane Tejada da Silveira(Pró-Reitora de Graduação- UFPel), Mariângela Bairros (FAE- UFPel), Maria de Fátima Cóssio (FAE- Representante da UFPel na CONAE)

Abertura

**Mauro Del Pino (debatedor)**

**Síntese da abordagem**

Fez um resgate da história da CONAE, destacando o papel que a Conferência tem na promoção do debate e articulação entre governo e sociedade no planejamento da educação do país.

Argumentou a respeito da história do Ministério da Educação e da falta de regulamentação do sistema de educação brasileira, que foi se construindo a partir de processos que contaram com participação dos movimentos sociais, em maior ou menor medida - considerada a conjuntura nacional - que demandaram a construção desse sistema.

Lembrou que em 1996 o 1º CONED e a criação da LDB foram marcos para a efetiva regulamentação de um sistema nacional de educação.

Destacou que o sistema educacional ainda reproduz as desigualdades existentes na sociedade, mas que as Conferências Nacionais (sejam na área da educação, como na saúde e tantas outras) são um importante passo para diminuir desigualdades e tentar construir sistemas que atendam as necessidades da população. A CONAE, no ano de 2011, em Brasília, desempenhou um importante papel, com participação popular e espaço para discussão, a partir da qual nasceu o documento norteador do Plano Nacional de Educação.

Ainda existem pontos importantes que não foram contemplados por esse documento, mas que ainda estão na pauta, como financiamento para a educação (destinação de 10% do PIB e *royalties* do pré-sal para educação).

Destacou os profundos problemas estruturais que a educação atravessa, apesar das políticas do governo que contemplam algumas áreas, mas ainda são insuficientes.

Ao final chamou atenção para a importância de mantermos as discussões e cobrar dos governos a responsabilidade por essa área tão importante.

**Fabiane Tejada (mediadora)**

Deu as boas vindas a tod@s, agradecendo em nome da Pró-Reitoria de Graduação a aceitação do convite para a Conferência por parte dos debatedores e demais participantes. Destacou a importância dessa conferência livre como mais um espaço que qualifica o debate sobre os aspectos que envolvem a elaboração de políticas para a Educação Superior no país. Salientou ainda o momento que vive a UFPel, preparando-se para a constituinte que pautará a construção de um novo projeto pedagógico institucional.

**Mariângela Bairros (debatedora)**

**Síntese da abordagem**

Valorização dos profissionais da educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho.

Objetivo da CONAE 2014 – Sistema Nacional de Educação, Plano Nacional de Educação – A pauta de 2014 é a mesma de 2010, por que?

O conjunto de questões – especialmente sobre gestão democrática – não foi contemplado pelo documento final feito pelo governo. Assim, entendemos que é importante que dessa vez as nossas decisões tenham encaminhamento.

A pouca colaboração entre as 3 esferas do governo (município, estado e união) é um dos problemas para a implementação da educação como DEVER do estado. A falta de comprometimento com as diferentes etapas é o que identificamos como a principal causa das desigualdades e dificuldades encontradas. Os principais problemas são baixa frequência à escola, alfabetização tardia, analfabetismo e analfabetismo funcional na faixa etária até 15 anos.

Atualmente o PNE está no Senado, devendo voltar para a Câmara.

Palavra chave: **financiamento** => em uma conjuntura nacional de manifestações e reivindicações, entendemos que a reivindicação do financiamento para a educação é uma pauta bastante adequada.

Desejável:

- 10% do PIB para aplicação na educação,

- 50% dos recursos do pré-sal;

- 100% dos royalties e participações especiais sobre a produção de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos oriundos dos contratos de concessão;

- receitas do capital do fundo social;

\* em suma: “estabelecimento de meta de aplicação de recurso públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

**Maria de Fátima Cóssio (debatedora)**

**Síntese da abordagem**

Metas do PNE: Desafios à Educação Superior

Identificou a participação popular como o ponto alto da CONAE 2012 em relação a 2001, mas que precisa superar em objetivo, pois apesar da participação não conseguimos, ao final, ter um PNE.

Destaca que estamos longe de poder promover justiça social no que tange ao acesso à educação, pois entende que a educação é um elemento central na promoção da justiça social.

Apresentou um diagnóstico da Educação Superior no Brasil

Os recursos para a educação superior nos últimos anos têm sido significativamente maiores. Apesar disso, ainda há um grande investimento na esfera privada, que precisa ser redirecionado.

Outro aspecto positivo é a expansão do ensino superior público, o que ocorreu também nos últimos anos, mas que também ainda é insuficiente para atender a demanda e que é menor que o número de instituições privadas, que em outras épocas se multiplicaram e se expandiram pelo país.

Identificou um decréscimo no número de matrículas presenciais nas licenciaturas tendo, em contrapartida, aumento nas matrículas de licenciaturas à distância.

Metas:

- elevar o grau de formação das funções docentes em exercício nas instituições de ensino superior;

-elevar gradualmente as matrículas nos cursos de pós graduação stricto sensu;

-garantir que os profissionais de educação básica tenham acesso à pós graduação e à formação continuada.

- superação das desigualdades regionais;

- construção numa política de financiamento ancorada na perspectiva de qualidade da educação em todos os níveis;

**Síntese do debate e encaminhamentos da plenária**

Os principais aspectos levantados nas intervenções foram referentes ao financiamento para permanência do estudante na Educação Superior. As falas deram conta de dois aspectos importantes: a falta de recurso para permanência na pós-graduação e insuficiência de recursos para permanência dos estudantes de graduação de outras regiões, além dos critérios de concessão desses benefícios. Apresentaram-se ainda questionamentos sobre as políticas de “nivelamento” para estudantes com déficit educacional e sobre a responsabilidade dos entes federados com as diferentes esferas da educação e a transparência das relações.

**Mesa**

As falas da mesa foram no sentido de identificar um problema de distribuição de recursos; entende-se que há recurso para investir na educação, mas não há prioridade para a educação. Também foi destacada a separação das políticas de acesso das políticas de permanência.

O reitor destacou a importância desse debate para pautar esses aspectos que entendemos prioritários, mas que não são priorizados na prática. Frisou que o sistema de educação reflete a estrutura da sociedade, mas que o trabalho do gestor é de reverter modelos estabelecidos e não pactuar com eles e que está se empenhando para isso na sua gestão.

Falou dos recursos que estão sendo disponibilizados pelo governo federal para políticas estudantis e da forma como a UFPel os está empregando, visando a permanência de quem efetivamente está em condições de vulnerabilidade econômica. Lembrou que as bolsas de auxílio permanência estão em processo de discussão o MEC para atender a demanda existente.

A visão institucional da UFPel é de não entender que o cotista precise necessariamente de um “nivelamento” ou que somente ele tem déficit educacional. De qualquer forma, identificando essa necessidade, cabe à instituição desenvolver um trabalho nesse sentido.

A ampliação do acesso passa pelas políticas de permanência. Assim, não basta criar um grande número de vagas para cotistas se não houver uma política efetiva de assistência aos estudantes. Essa política não se restringe às bolsas, mas engloba uma mudança geral na instituição, com mudanças nos PPCs (Projeto Pedagógico dos Cursos) de acordo com o perfil do estudante que queremos formar.

Em relação à competência e à transparência nas relações, isso deve-se a uma cultura anti-democrática que não internalizou a transparência como pressuposto da administração pública. A CONAE é um importante instrumento para uma mudança nesse sentido e a conjuntura atual, com manifestações e protestos reflete muito bem essa tendência.

**Encaminhamentos**

**-** Necessidadede minimizar as diferenças entre os estudantes oriundos de realidades diferentes a partir de políticas de apoio aos estudantes, mas também de uma séria mudança de olhar sobre todos os estudantes, independentemente da sua origem;

**-**Desafio: mudança de visão em relação às políticas de permanência, com ações efetivas no sentido de mudar a postura da comunidade acadêmica;

- Luta para ampliação dos recursos para assistência

-Divulgação/transparência na distribuição de recursos em todas as esferas públicas

- Redução das desigualdades no ingresso

- Necessidade de uma Política de Formação Continuada para os Docentes das IFES (Pedagogia Universitária)